

CONHECIMENTO, RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE – PILARES PARA A CIDADANIA NO SÉCULO XXI

Dayane Clock (*), Andrea Heidemann 2, Ana Carolina de Moraes, Nelma Baldin 4, Therezinha Maria Novais de Oliveira 5

* Docente - IFSC, Doutoranda em Saúde e Meio Ambiente – Univille, e-mail: dclock@ifsc.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma revisão da literatura realizada acerca do tema conhecimento, responsabilidade social e sustentabilidade enquanto pilares para a cidadania no século XXI. A questão do estudo está centrada nos desafios colocados para as universidades de contribuírem para a construção de uma sociedade sustentável através da produção do conhecimento. Com esta análise teórica e bibliográfica, identificou-se a fragilidade das instituições de Ensino Superior na sua relação com as demandas sociais e a efetivação de uma sociedade justa.

PALAVRAS-CHAVE: conhecimento, sustentabilidade, responsabilidade social, universidade.

INTRODUÇÃO

A percepção mundial, quanto ao atual modelo de desenvolvimento, vem ao longo dos anos sendo repensada e constantemente reconstruída para a realização de novas práticas sociais, que buscam modificar a necessidade individualista de cada cidadão, para uma atitude mais coletiva, preocupada com questões pertinentes a todos. Considerando as constantes mudanças que estão ocorrendo em todo o mundo, sejam elas econômicas, sociais, políticas ou ambientais, torna-se cada vez mais relevante observar as prioridades e disponibilidades existentes em cada uma dessas áreas na busca por mudanças concretizadas coletivamente.

Tal mudança de percepção indica que, pelo fato da individualidade humana refletir a necessidade de mudança no pensamento até então apregoado, o capitalista, questões que envolvem o conceito de desenvolvimento sustentável buscam minimizar as consequências inerentes à prática indiscriminada de exploração, com o intuito constante de se alcançar uma “melhor” qualidade de vida para a população mundial, que pode ser efetivada modificando-se os padrões de consumo e os estilos de vida praticados (SILVA; CORRÊA; AGUIAR, 2010).

O presente artigo tem por objetivo discutir os conceitos de responsabilidade social, sustentabilidade e a importância da produção do conhecimento na efetivação da sustentabilidade e da cidadania. Trata-se de uma pesquisa exploratória que de forma breve, aborda questões que poderão auxiliar no desenvolvimento de uma nova visão coletiva junto às questões do consumo consciente, de modo que se observem as questões mais pontuais que podem ser desenvolvidas nas diferentes áreas de atuação dos diversos atores (governo, organizações, universidades e sociedade). A pesquisa envolve um levantamento bibliográfico, pois foi realizada com base em material já elaborado e publicado em livros e artigos científicos (GIL, 2008).

1. RESPONSABILIDADE SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E CONHECIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL.

Apesar de parecer um assunto novo no cenário empresarial, a Responsabilidade Social vem sendo praticada há vários anos em países desenvolvidos, nos Estados Unidos, no Canadá e em diversos países europeus. No Brasil, a responsabilidade social ganhou impulso com o advento das Organizações não governamentais (ONGs), o fortalecimento dos sindicatos e a campanha pela divulgação do Balanço Social. Na década de 1980, a sociedade experimentou períodos produtivos com a participação da sociedade em movimentos de mudança, tais como as greves, a redemocratização, as diretas já, a nova constituinte, as conquistas da mulher, as lutas raciais e os movimentos globais em favor do meio ambiente (VILELLA, 2015).

De acordo com Vieira (2007) vários foram os conceitos que, no decorrer do tempo, atribuiu-se ao termo Responsabilidade Social. Como consequência negativa desta pluralidade de conceitos criou-se à distorção e a manipulação voluntária, por parte de alguns grupos de interesse, do significado do termo. Uma pergunta que surge decorrente desta amplitude conceitual é: As empresas têm responsabilidade social com quem? Pois a sociedade, como um todo, é formada por muitos grupos, cada qual com interesses particulares, muitas vezes conflitantes entre si.

Definir o que é responsabilidade social seria tudo que é benéfico à sociedade e também para o meio ambiente ajudando as classes de baixa renda o que também pode evidenciar o papel social. Está associada de forma intrínseca a dois fatores, que definem a essência da sua prática: ética e transparência na gestão de negócios (MELO 2014).

Para Vilella (2015) qualquer que seja a perspectiva da Responsabilidade Social, seja cumprimento da legislação, contrapartida aos trabalhadores, remuneração justa do capital, relacionamento idôneo com todas as partes interessadas, iniciativas que favoreçam a comunidade, projetos de preservação e recuperação do meio ambiente - estará sempre assentada em uma base ética, de tal modo que sua associação à ética é inevitável.

Para a sociedade buscar o consenso de responsabilidade social é necessário que a mesma ande de mãos dadas com uma postura sustentável. A responsabilidade social deve abranger os conceitos de sustentabilidade, tendo em vista que é fomentada pela integração cooperativa entre as pessoas em prol do bem-estar coletivo e, portanto, precisa buscar a integração harmoniosa entre as dimensões social, econômica, cultural, ambiental e local (MASSA, NOVAK e SOUZA, 2007).

1.2 SUSTENTABILIDADE

Os debates e reflexões sobre o tema sustentabilidade vêm se fortalecendo no cenário mundial principalmente pela necessidade emergente da preservação do meio ambiente. A palavra sustentável tem sua origem do latim: “sus-tenere” e significa sustentar, suportar ou manter (KAMIYAMA, 2011). Há, hoje, uma controvérsia acadêmica em relação ao conceito de sustentabilidade quando confrontado com o conceito de desenvolvimento sustentável, que é compreendido como o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (PINTO et al., 2011).

Para Gallo (2007), a sustentabilidade é um relacionamento entre dois sistemas dinâmicos: o econômico e o ecológico. Esses sistemas causam mudanças lentas, mas de grande impacto para o meio ambiente, e embasadas em quatro princípios: 1) a vida humana pode continuar indefinidamente; 2) os indivíduos podem prosperar; 3) as culturas humanas podem desenvolver-se; mas que 4) os resultados das atividades humanas obedeçam a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida.

Sendo assim, o referido autor defende que para se atingir o desenvolvimento sustentável é fundamental a consideração das questões econômicas e ecológicas nos processos de tomada de decisões, visto que nas atividades do mundo real, economia e ecologia estão integradas. É importante lembrar que essas tomadas de decisões devem considerar estas preocupações nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), respeitando-se, assim, o processo de descentralização das ações e de poder.

A gestão administrativa surge como uma importante bandeira para o fortalecimento da sustentabilidade, pois possibilita o envolvimento da comunidade local garantindo a construção de sujeitos políticos e coletivos na efetivação de uma cidade, estado ou país cada vez mais saudável e comprometido com o meio ambiente. Segundo Ladislau Dowbor, a comunidade não precisa que o governo a substitua, resolvendo os seus problemas, e sim que sejam dados os instrumentos de transformação (DOWBOR, 1993, apud GALLO, 2007, p. 12). Destaca-se aqui a importância do papel das universidades neste exercício de cidadania, as quais podem contribuir para a formação de cidadãos e na participação ativa dos debates e, com as contribuições da pesquisa e da extensão.

Configura-se, aqui, a importância da Educação Ambiental. Uma EA comprometida com a construção de sujeitos conscientes de seus atos e multiplicadores de um ideal constituído de responsabilidade com a manutenção e conservação dos bens naturais. De acordo com Carvalho (2011, p. 48), “a transformação desses usuários do planeta em cidadãos ambientalizados, baseados nessa mesma matriz de pensamento, pode levar a uma educação para o meio ambiente como sinônimo de bom comportamento ambiental”.

Diante dessa amplitude que envolve os conceitos de sustentabilidade surgem alguns questionamentos: Qual o papel da universidade? O que envolve a construção de atores coletivos e preocupados com a sustentabilidade? Como veremos a seguir, o conceito de conhecimento também é fundamental para o entendimento dessa constituição dos pilares que visam à efetivação da cidadania.

1.3 CONHECIMENTO

De acordo com Severino apud Oliveira (2007, p. 80) é através do conhecimento que podemos explicitar os sentidos que devem intencionalizar nossas práticas, fazendo-as práxis emancipadoras, humanizando-nos, tornando-nos cidadãos. Sem dúvida, a educação é a prática mediadora das práticas existenciais dos homens, sendo sua função intrínseca explicitar, sistematizar e disseminar os resultados do conhecimento para o norteamento da prática.



No século XVIII a cidadania significava ter as luzes do conhecimento, sendo a educação o pressuposto para a aquisição da mesma. Desde o final do século XX a discussão acerca dos direitos do homem e da cidadania tem angariado espaço para ser problematizado (LEÃO, 2008, p. 71).

A educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. O desafio da construção de uma cidadania ativa configura-se como elemento determinante para constituição e fortalecimento de sujeitos cidadãos que, portadores de direitos e deveres, assumam a importância da abertura de novos espaços de participação (JACOBI, 2003, p. 199).

Para Moura (2012, p. 20) “isso implica dizer que a educação deve fazer parte da formação do cidadão para que ele possa compreender, opinar e tomar decisões baseadas no entendimento sobre o progresso científico e os riscos e conflitos de interesses nele contidos. Para Baldin e Albuquerque (2012: p. 237), “a apropriação crítica do conhecimento, no sentido de emancipação social e da afirmação, solidária e responsável, de um projeto e de um agir coletivo, constitui-se como eixo central da construção do indivíduo como sujeito político”.

De acordo com Jacobi (2003, p. 190) “a reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental”. Para o autor,

A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental (JACOBI, 2003, p. 190)

Nesse contexto, foi a partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tsibilibi (EUA), em 1977, que de acordo com Jacobi (2003, p. 190) iniciou-se um amplo processo em nível global orientado para criar as condições que formem uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e nos princípios da complexidade.

2 A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UM DESAFIO PARA A EFETIVAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E DA CIDADANIA

A universidade brasileira tem histórias mais recentes do que a maioria dos países latino-americanos de origem espanhola que tiveram as implantações universitárias a partir do século XVI. Neste mesmo período, em pleno Brasil Colônia, a ideia de implantar universidades era negada com o argumento de que se tratava de um país novo e que essas instituições de ensino eram obsoletas e que o nosso país não tinha cultura para mantê-las. (LEITE e MORASTONI, 1992).

Esta ideia se propagou correndo os séculos e, somente na década de 1920, a partir dos ideais positivistas baseados na necessidade da formação de homens cultos, aperfeiçoados e com gosto pela leitura e retórica é que se começou a discutir a importância da universidade em nosso país, com o objetivo de construir uma sociedade emergente e moderna (LEITE e MORASTONI, 1992).

A visão de uma estrutura integrada de universidade, no entanto, surge apenas em 1961, efetivada pela criação da Universidade de Brasília. Um importante agente nesta configuração foi Anísio Teixeira que defendeu a criação de uma instituição moderna e pautada na cultura científica, ou seja, efetivando a produção do conhecimento e a profissionalização. Esta ideia se fortaleceu e foi ampliada em 1968 com a necessidade de extensão dos serviços universitários às comunidades onde essas instituições estão inseridas (LEITE e MORASTONI, 1992).

Esse processo, histórico, da criação e implantação das universidades brasileiras vem sendo marcado por debates acerca de sua significação, do seu papel e de suas funções, principalmente no que diz respeito à sua relação com a sociedade. Esta preocupação tem ditado o compromisso com o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Em decorrência disto, a questão da sustentabilidade como preocupação para o ensino superior, em nosso país, iniciou timidamente na década de 1980 com uma experiência vivenciada pela Universidade de Brasília e que culminou na organização do “I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente”.

Segundo Batista (2014: p. 187): “a incorporação da problemática ambiental como dimensão do ensino, da pesquisa e da extensão insere-se ou deveria estar inserida nas demandas apresentadas nos segmentos acadêmicos, como prioridade do projeto institucional”. A referida autora acredita que a preocupação com a sustentabilidade deve compor o conjunto de ações de responsabilidade social e da política das universidades diante dos problemas contemporâneos. Em vista deste contexto, Santos (2008: p. 205), afirma que esta responsabilidade foi “raramente assumida no passado, apesar da premência crescente desses problemas e apesar de a universidade ter acumulado, sobre eles, conhecimentos preciosos”.

Para incorporar essa função histórica, ou seja, o comprometimento com a sustentabilidade e a responsabilidade social, a universidade brasileira necessita, segundo Batista (2014, p. 187), de “uma revisão paradigmática acerca dos objetivos e conteúdos da formação de modo que possibilite novas tecnologias de abordagem do conhecimento, orientando mudanças de percepção e de valores”. Desta maneira poderá ser possível a construção de saberes que efetivem uma consciência social que leve à ações comprometidas e orientadas pela busca da sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, Baldin e Albuquerque (2012: p. 250),

O contributo das instituições educativas à formação de um sentido de responsabilidade social é fundamental. A construção de um sentido de crítica fundamentada em face de um conjunto de dados e de perspectivas apresentadas como fatos consumados e acabados constitui-se elemento básico para um olhar emancipador, para uma cidadania ativa e para o sentido de pretencimento à coisa pública.

Diante dessas evidências, acredita-se que mesmo com os avanços apontados nas últimas décadas, as universidades brasileiras precisam estar atentas às transformações sociais, econômicas e ambientais e buscar, de maneira efetiva, a incorporação, em seus cursos de graduação e pós-graduação, de conteúdos novos, debates e reflexões que consigam contribuir na formação dos acadêmicos e estimular a vivência da cidadania e da justiça ambiental e social. Rompendo, dessa maneira, com a centralização da educação:

numa perspectiva utilitarista e funcional a lógicas de individualização e de competitividade entre estudantes, docentes e instituições de ensino, processo esse denotadamente acentuado quer no ensino básico e superior no Brasil e na América do Sul, quer no contexto europeu, e, aí, apesar de, ou em razão da aplicação do chamado Processo de Bolonha, pode conduzir, no limite, à fragilização da capacidade de argumentação crítica e de identificação de alternativas a um saber apresentado como fatalmente hegemônico. (BALDIN e ALBUQUERQUE: 2012 p. 251)

É importante enfatizar, que a universidade deve realizar uma importante função social que é

prover formação superior a pessoas capazes de influenciar o processo de desenvolvimento da sociedade, atendendo a demanda de profissionais para o mercado de trabalho, bem como educando o homem em sua totalidade. O relacionamento de uma instituição de ensino superior com a sociedade vai além das funções institucionais tradicionais - ensino, pesquisa e extensão. Diante deste contexto, as IES, incluem Responsabilidade Social como mais uma de suas funções. (MELO: 2014, p.11)

Assim, Melo (2014, p.11), afirma que

é preciso que a universidade se transforme em uma instituição geradora, onde a reflexão teórica e a investigação, intimamente imbricadas com a contribuição ética e estética, se instalem de maneira integral tanto no corpo docente quanto em seus alunos. Uma Universidade dessa natureza deve estar em sintonia com a realidade para, dessa forma, colaborar na solução de problemas em todos os setores da atividade humana, exercitando sua capacidade reflexiva e assim poder, crítica e criativamente, antecipar-se aos acontecimentos, tentando configurar propostas viáveis para a sociedade do futuro.

Nesse encaminhamento, é possível compreender que, a universidade é um fundamental elo entre as demandas sociais e a construção dos conhecimentos contemporâneos. Portanto, é necessário que as instituições de ensino invistam na conscientização e disseminação do conhecimento e no exercício responsável e consciente sobre a sustentabilidade. Pois, somente assim, a universidade,

podrá promover a gestão do conhecimento para a sustentabilidade a fim de gerar novas ideias e patentear-las, através de pesquisas, criatividade das pessoas, estudo de mercado, com um sistema de apoio de tecnologia da informação para hierarquizar e descartar as ideias geradas pelos grupos de interesse. E por fim disseminar seletivamente o conhecimento que promove a valorização do capital intelectual e retorno total do investimento dos grupos de interesse de maneira harmonizada. (OLIVEIRA NETO: 2009, p. 9)

Desta forma, a universidade poderá, efetivamente, fortalecer os pilares de uma sociedade justa, embasadas na sustentabilidade, cidadania e responsabilidade social. Isto só será possível com o comprometimento efetivo de todos os atores envolvidos desde o planejamento até a efetivação das ações de pesquisa, ensino e extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo deste estudo, de discutir os conceitos de responsabilidade social, sustentabilidade e a importância da produção do conhecimento na efetivação da sustentabilidade e da cidadania, procurou-se compreender os desafios colocados para as universidades de contribuírem para a construção de uma sociedade sustentável. A partir da revisão da literatura realizada identificou-se avanços que foram alcançados nas últimas décadas, porém observou-se a fragilidade das universidades na sua relação com as demandas sociais e a efetivação de uma sociedade justa.

Atualmente se faz necessária uma universidade que permanentemente desenvolva novos conhecimentos e saberes, uma instituição em que a inovação e a produtividade sejam um requisito permanente.

Nesse contexto, refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas (JACOBI, 2003, p. 191).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BALDIN, Nelma; ALBUQUERQUE, Cristina (Org.). *Novos desafios na educação: responsabilidade social, democracia e sustentabilidade*. Brasília: Líber Livro, 2012.
2. BATISTA, Maria do Socorro Silva. O espaço da temática ambiental na universidade diante do contexto da globalização. *Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação*. Rio Grande/RS, jan./jun., 2014.
3. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; AMARO, Inês; FRANKENBERG, Claudio Luis Crescente. *Ambientalização curricular e pesquisas ambientalmente orientadas na PUCRS: um levantamento preliminar*. 2011.
4. GALLO, Zildo. *Ethos, a grande morada humana: economia, ecologia e ética*. Ituiutaba: Ottoni, 2007.
5. GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
6. JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, março/ 2003.
7. KAMIYAMA, A. Desenvolvimento sustentável. In: SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais. *Agricultura sustentável*. São Paulo: SMA, 2011.
8. LEÃO, Andreza Marques de Castro. A influência do iluminismo nas políticas educacionais atuais: em pauta a cidadania. *Diversa*. Ano I - nº 2, pp. 69-84. jul./dez. 2008
9. LEITE, Denise; MOROSINI, Marília. Universidade no Brasil: a Ideia e a Prática. *Rev. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, v. 73, n. 174, p. 242-254, maio/ago. 1992.
10. MASSA, Adriana Accioly; NOVAK, Amanda Sawaya; SOUZA, Raquel Pusch. *Responsabilidade social: Um caminho para a sustentabilidade*. Disponível em http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/pdf_reflexoes/reflexoes_02.pdf. Acesso em 24 de abril de 2015
11. MELO, Edson de. Responsabilidade Social: uma Análise das Ações no Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí UNIDAVI. *XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. Rio de Janeiro. 2014.
12. MOURA, Maria Aparecida. *Construção social da cidadania científica: desafios*. In: Educação científica e cidadania: abordagens teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores juvenis. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2012.
13. OLIVEIRA, Wallace Soares. *Educação filosófica: uma proposta para a construção da cidadania*. 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-graduação em educação, Londrina. 2007.



14. OLIVEIRA NETO, Geraldo Cardoso de. LOPES, Maria Aparecida. KONISHI, Fábio. SILVA, José Ultemar da. Proposta de Governança do Conhecimento para a Sustentabilidade em Instituições do Ensino Superior: a busca de um futuro promissor. *V CONGRESSO NACIONAL DE EXCELENCIA EM GESTÃO*. Rio de Janeiro, 2009.
15. PINTO, B. D. L. et al. Indicadores de desenvolvimento sustentável para caracterização de melhoria contínua em processos de certificação ambiental. *Meio Ambiente Industrial*, São Paulo, ed. 92, ano XVI, p. 18-28, 2011.
16. SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
17. SILVA, Minelle E.; CORRÊA, Ana Paula M.; AGUIAR, Edvan C. *Consumo e Sustentabilidade: A perspectiva educacional para o consumo consciente*. In Anais... II Encontro Regional de Tecnologia e Negócios – ERTEN. Serra Talhada: UFRPE, 2010.
18. VIEIRA, Roberto Fonseca. *RP em Revista*. Salvador/BA, ano 5, n. 22, mai. 2007.
19. VILELLA, Josely Nunes. *Responsabilidade social e ambiental como nova competência da gestão de RH*. Disponível em <http://idemp-edu.com.br/artigos/36>. Acesso em 21 de abril de 2015.